

Para voltar aos velhos tempos

Aos 200 anos, Museu Nacional tenta resgatar seu protagonismo na disseminação do conhecimento em ciências naturais no Brasil

Rodrigo de Oliveira Andrade



Dom Pedro II
(em destaque)
em viagem ao Egito
(1876), de onde
trouxe itens que
compõem o acervo
da instituição

O Museu Nacional chega aos 200 anos com o desafio de resgatar seu protagonismo na geração e disseminação do conhecimento em ciências naturais no Brasil. Apesar de ostentar um vultoso acervo com mais de 20 milhões de itens, distribuídos em coleções que servem de base para o desenvolvimento de pesquisas nos departamentos de antropologia, botânica, entomologia, geologia e paleontologia, a mais antiga instituição científica do país atualmente se encontra muito deteriorada, com infiltrações nas paredes, janelas com vidros quebrados e móveis com cupins.

Os problemas não desanimam o geólogo e paleontólogo Alexander Kellner, novo diretor do Museu Nacional, que julga ser capaz de mudar esse cenário. No dia seguinte à sua posse, em 2 de fevereiro, reabriu a sala em que dormiram os imperadores dom Pedro I e II no que era antes um dos quartos do Palácio de São Cristóvão, que serviu de residência para a família real de 1808 a 1889. O ambiente que antes funcionava como um depósito agora é seu gabinete, onde, segundo ele, planos estão sendo traçados para resgatar o antigo protagonismo da instituição.

O Museu Nacional foi fundado em junho de 1818, então como Museu Real. Sua criação se deu em um contexto de intensa valorização dos estudos em história natural, estimulada pela vinda de naturalistas europeus para fazer mapas do território, realizar prospecção de plantas e minerais e desenvolver e disseminar técnicas agrícolas mais eficientes (ver Pesquisa FAPESP nº 171). “Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes: hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real”, escreveu dom João VI (1767-1826) no decreto de criação.

Seus antecedentes institucionais, no entanto, remontam à Casa de História Natural, criada em 1784, durante o governo do vice-rei Luis de Vasconcelos e Souza (1742-1809). Conhecida popularmente como Casa dos Pássaros, a instituição funcionava em um depósito de



produtos zoológicos na avenida Passos, centro do Rio de Janeiro, como uma sucursal do Museu de História Natural de Lisboa, em Portugal, para onde eram enviados exemplares de produtos naturais e adornos indígenas coletados no Brasil. A instituição funcionou por mais de duas décadas até ser abandonada. Seu acervo foi enviado para o Arsenal de Guerra, onde permaneceu até a criação do Museu Real.

Concebida nos moldes dos museus europeus de história natural, a instituição brasileira abrigava coleções científicas, bibliotecas, arquivos, laboratórios e exposições. Funcionava inicialmente em uma antiga casa em Campo de Sant'Anna, centro do Rio. Além do acervo da Casa dos Pássaros, seu patrimônio inicial consistia em uma coleção de minerais raros trazidos pela família real, organizada e classificada pelo mineralogista alemão

Abraham Werner (1749-1817). Mineralogia também era a especialidade do primeiro diretor do museu, frei José Batista da Costa Azevedo, formado em ciências naturais pela Universidade de Coimbra.

Em 1824, na gestão de seu sucessor, João da Silveira Caldeira (1800-1854), o Museu Real ganhou o primeiro laboratório químico do Brasil. “Lá foram realizadas análises mineralógicas e botânicas”, explica a historiadora Heloísa Bertol Domingues, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), no Rio. Silveira Caldeira formou-se em medicina na Universidade de Edimburgo, na Escócia. Ainda jovem, aperfeiçoou seus estudos em Paris, na França. Em 1825 publicou a *Nova nomenclatura química portuguesa*, um dos primeiros compêndios de química escritos no Brasil.

“Além de práticas científicas, o Museu Real passou a desenvolver, anos

21.000 m²
é a área do Palácio
de São Cristóvão,
na Quinta da
Boa Vista



550.000
amostras de plantas,
a maior coleção
botânica do país

mais tarde, atividades de apoio ao ensino por meio de aulas práticas populares”, conta Heloísa, que estudou a atuação da instituição no ensino das ciências naturais no Brasil no século XIX, ao lado de Magali Romero Sá, da Casa Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz). Entre julho e outubro de 1875 foram proferidas no museu palestras sobre botânica, zoologia, arqueologia e etnografia e mineralogia. “A repercussão desses cursos foi muito favorável”, diz Magali. Isso fez com que Ladislau de Souza Netto, o então diretor, transformasse os cursos em atividades prioritárias da instituição.

Paralelamente às atividades de ensino, o museu ampliava suas coleções. Entre 1822 e 1823, o mineralogista, naturalista e político José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que era secretário do Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros do Império de Pedro I, conseguiu que

Dois séculos de história

1818

No dia 6 de junho, o rei dom João VI cria por decreto o Museu Nacional, então chamado de Museu Real

1889

Com a proclamação da República, a instituição é transferida do Campo de Sant'Anna para o majestoso Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista

1900

Abertura oficial ao público das exposições na nova sede do Museu Nacional

1927

O antropólogo Edgard Roquette-Pinto, um dos precursores da radiodifusão, cria a Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional

1946

A vocação da instituição para a pesquisa ganha força e sua administração é transferida para a Universidade do Brasil, atual UFRJ



130.000
itens nas
coleções
antropológicas

naturalistas estrangeiros cedessem parte das peças colhidas em expedições em troca de apoio governamental para as viagens. Foi assim com Georg Heinrich von Langsdorff, Johann Natterer e Auguste de Saint-Hilaire.

Também a imperatriz Leopoldina estimulou os estudos em história natural concebidos no Museu Real, o que fomentou a ampliação das coleções. Seu filho, dom Pedro II, foi um entusiasta das ciências e deu grande apoio às atividades do museu (*ver Pesquisa FAPESP nº 131*). A ampliação das coleções nacionais de história natural se deu igualmente por meio de doações feitas por particulares. É o caso de Antônio Luis Patricio da Silva Manso, cirurgião-mor e inspetor do Hospital Militar da Província de Mato Grosso, que em 1823 doou ao museu cerca de 2.300 exemplares de 266 espécies de plantas. Em julho de 1863 foi criada a Biblioteca Central do Museu Nacional, uma das maiores da América Latina especializada em ciências antropológicas e naturais, com mais de 500 mil títulos.

Com a proclamação da Independência, em 1822, a instituição mudou de nome, passando a se chamar Museu Nacional. Em 1889, com a proclamação da República e o exílio da família imperial, a instituição foi transferida para o majestoso Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. A abertura ao público das exposições permanentes na nova sede do museu se deu em 25 de maio de 1900. As atividades do museu se intensificaram nas décadas seguintes, reforçando sua política de intercâmbio científico internacional, de publicações e de cursos públicos.

Importantes personalidades da ciência mundial visitaram o museu, entre eles o físico alemão Albert Einstein (1879-1955) e a química polonesa Marie Curie (1867-1934).

A ideia de que o Museu Nacional era uma instituição voltada para o povo ganhou força entre 1937 e 1955, durante a administração da antropóloga Heloisa Alberto Torres (1895-1977). Ela enxergava o museu como parte de uma política cultural abrangente, de expressão nacional. Ao assumir a direção, em 1937, fez da antropologia um instrumento científico para a preservação da cultura brasileira, de acordo com os ideais do governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, conforme verificou a pesquisadora Carla da Costa Dias, da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em artigo publicado em 2006 na *Revista de Antropologia*. A vocação da instituição para a pesquisa ganhou força em janeiro de 1946, quando a administração do museu foi transferida para a Universidade do Brasil, atual UFRJ.



26.160
fósseis nas
coleções
paleontológicas

A instituição contou com a colaboração de grandes pesquisadores e intelectuais brasileiros. Fizeram parte de seus quadros o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, um dos precursores da radiodifusão brasileira, e a bióloga e política Bertha Lutz, uma das primeiras ativistas pelo feminismo no país. Nos anos 1960 o museu passou a investir na formação de pesquisadores e criou a primeira pós-graduação em antropologia social do país. Na área de botânica, a instituição criou seu curso de mestrado em 1972 e, em 2001, o de doutorado, o primeiro do Rio de Janeiro na área. Sua coleção de botânica é a maior do país, com cerca de 500 mil amostras de plantas.

O prédio do Museu Nacional foi tombado em 1948 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Desde então, a instituição se viu diante de diversas dificuldades, a maioria associada à falta de recursos para sua manutenção. Também o número de pessoas que visitavam o museu com o tempo começou a diminuir. Em janeiro de 2015, apenas 13.237 pessoas frequentaram

15.672
amostras
de coleções
geológicas, entre
elas o meteorito
do Bendegó



6.500.000
de exemplares nas
coleções zoológicas

a instituição, 13 mil a menos do que no mesmo período de 2014. Em 2017, cerca de 180 mil pessoas visitaram o Museu Nacional – Kellner quer subir esse número para 1 milhão.

Apenas uma parte de seu acervo fica exposta ao público, como plantas e animais da biodiversidade brasileira, múmias do Egito, artesanatos incas e de populações nativas brasileiras, esqueletos de dinossauros sul-americanos e o meteorito do Bendegó, encontrado no sertão da Bahia em 1784 e trazido para o Rio 100 anos depois. Com 5,36 toneladas, é o maior conhecido até o momento no Brasil.

A instituição também atua na área de pesquisa, produzindo novos conhecimentos em diversos campos. No Departamento de Antropologia, por exemplo, o Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) se dedica ao estudo de processos de interação entre populações indígenas e não indígenas e à contribuição dessa diversidade cultural para o enriquecimento das dinâmicas sociais. No Departamento de Botânica,

os pesquisadores trabalham com a identificação e anatomia das plantas, a identidade e a ecologia das algas, o estudo do pólen e a relação entre plantas e polinizadores. Por sua vez, o Departamento de Invertebrados do Museu Nacional é um centro de referência em pesquisas de invertebrados marinhos e de água doce e aracnídeos.

Apesar dos problemas, o Museu Nacional não perdeu a relevância, na concepção de Magali Romero Sá. “Ele continua sendo uma das mais importantes instituições de pesquisa do país”, afirma a historiadora. Alexander Kellner segue a mesma linha. “O Museu Nacional está ligado à história política, científica e artística do país”, afirma o pesquisador, que já começou a negociar parcerias com a iniciativa privada e tenta ser recebido pelo governo federal para recuperar o Palácio de São Cristóvão. “O Museu Nacional é um projeto vencedor”, destaca Kellner. “Mas precisamos de ajuda para transformá-lo em um grande museu de história natural, como os que existem em países da Europa e nos Estados Unidos.” ■

Com mais de
5.000 itens,
o museu detém a
maior coleção
egípcia da
América Latina

